

ÍNDICE - 13/07/2004

<u>Correio Braziliense</u>	2
<i><u>Brasil/LS JACK</u></i>	2
<u>Clínica está proibida de realizar cirurgias</u>	2
<u>O Globo</u>	3
<u>O Globo</u>	3
<i><u>Rio</u></i>	3
<u>Remédio abandonado pára trânsito e fecha lojas</u>	3
<u>Jornal de Brasília</u>	5
<u>Jornal de Brasília</u>	5
<i><u>Viva!</u></i>	5
<u>Anvisa barra o Diabetrix</u>	5
<u>A Gazeta (ES)</u>	6
<i><u>Estado</u></i>	6
<u>Diabetrix deixa de ser fabricado no Sul</u>	6
<u>A Gazeta (ES)</u>	7
<i><u>Brasil</u></i>	7
<u>Anvisa interdita lotes de amendoim</u>	7
<u>Hoje em Dia (MG)</u>	8
<i><u>Coluna</u></i>	8
<u>Paulo César</u>	8
<i><u>Bulas ilegíveis</u></i>	8
<u>Gazeta do Povo (PR)</u>	9
<i><u>Paraná</u></i>	9
<u>Hospitais ganham mais tempo para resolver problema do lixo</u>	9
<u>Curso orienta instituições</u>	9
<u>A Tarde (BA)</u>	11
<i><u>Nacional</u></i>	11
<u>Lotes de amendoim interditados</u>	11

Correio Braziliense

13/07/2004

Brasil/LS JACK

Clínica está proibida de realizar cirurgias

A clínica de cirurgia plástica onde o vocalista do grupo LS Jack, Marcus Menna, sofreu complicações depois de ser submetido a uma lipoaspiração, está proibida realizar operações estéticas. O Centro de **Vigilância Sanitária** do Estado do Rio de Janeiro impediu a Perfil Plastic, na Barra da Tijuca (zona oeste do Rio), de realizar plásticas enquanto a direção não cumprir uma série de exigências.

Por solicitação do vice-presidente da Comissão de **Saúde** da Assembléia Legislativa do Rio (Alerj), deputado Paulo Pinheiro (PT), a vigilância fez um levantamento das condições da clínica e constatou que a Perfil Plastic não tem registro no Centro de **Vigilância Sanitária** Estadual nem no Cremerj (Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro).

Foi constatado ainda que a clínica está em fase de legalização com a **Vigilância Sanitária** Municipal, o que permite apenas a realização de cirurgias de pequeno porte - a lipoaspiração do cantor foi considerada de médio porte pela vigilância. Além da falta de registro, foi constatado que não há plano de emergência na clínica, conforme determina o artigo 2º da Lei 3.850 - que regulamenta as cirurgias de pequeno porte no estado -, as macas não cabem no elevador e a clínica não dispõe de rampa de acesso.

Autor da Lei 3.850, Pinheiro visitou a Perfil Plastic no último dia 5 e solicitou à **Vigilância Sanitária** várias informações para esclarecer as circunstâncias em que foi realizada a cirurgia do cantor. Ao receber o documento que lhe foi encaminhado pela **Vigilância Sanitária**, o deputado realizou ontem uma nova inspeção à clínica, mas não encontrou nenhum representante da direção do estabelecimento.

O presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP), Everardo Abramo, explicou ontem que a função de fiscalizar clínicas é de responsabilidade da **Vigilância Sanitária** e não da SBCP. Defendeu a equipe médica que fez a cirurgia e voltou a afirmar que o problema com o cantor não foi provocado pela operação, mas por uma reação alérgica a um analgésico à base de dipirona.

Quadro estável

O quadro neurológico de Menna é estável e a infecção já foi controlada, segundo boletim médico divulgado ontem pelo Hospital Copa D'or, onde ele está internado. No último domingo, o cantor abriu os olhos espontaneamente, apesar de continuar em estado de coma e sedado. Aos poucos, os médicos estão reduzindo a quantidade de sedativos e, de acordo com o boletim, o resultado do eletroencefalograma está normal.

Menna recebeu antibióticos no domingo em razão da infecção atribuída ao cateter venoso - já retirado. Ainda não há previsão de alta da terapia intensiva. Menna está internado desde o dia 1º de julho, quando chegou ao hospital com uma parada cardiorrespiratória.

Remédio abandonado pára trânsito e fecha lojas

Elisa Batalha e Selma Schmidt

Um medicamento descartado de forma incorreta foi o motivo do alvoroço que ontem levou à interdição de um trecho da Rua Jardim Botânico por quase duas horas. A confusão, que mobilizou o Corpo de Bombeiros e o Esquadrão Antibomba, provocou um congestionamento que se estendeu até a Praça Santos Dumont e causou o fechamento de algumas lojas. Foram encontradas cem ampolas de Nitroglycerin - remédio cujo princípio ativo (a nitroglicerina) é potencialmente explosivo - numa cooperativa de catadores que funciona sob o viaduto de acesso ao Túnel Rebouças, na esquina das ruas Jardim Botânico e Frei Veloso.

Inicialmente, às 10h45m o trânsito da pista da Rua Jardim Botânico na direção do Humaitá foi desviado na altura da Rua Professor Saldanha. Das 11h30m às 12h30m, o bloqueio foi feito na Rua General Garzon. A pista em direção ao Leblon não foi interditada.

- Só não tivemos uma catástrofe no trânsito da Zona Sul porque o incidente aconteceu fora do horário de rush e numa época em que muitas escolas estão em férias - disse José Carlos Tigre, gerente de Controle da CET-Rio.

Explosão seria igual à de uma bomba de São João

Segundo o cardiologista Carlos Scherr, o Nitroglycerin é usado como vasodilatador coronariano. O produto tem de ser misturado a soro e só pode ser utilizado em pacientes internados.

Já o professor Aderbal Luna, do Instituto de Química da Universidade do Estado do Rio (Uerj), garantiu que o material encontrado não provocaria uma grande explosão, apesar de conter nitroglicerina, usada na fabricação de dinamite:

- Mesmo que houvesse uma fonte de calor (fósforo e sol forte, por exemplo), o efeito seria de uma bombinha de São João. Isso porque a quantidade de nitroglicerina diluída no medicamento é pequena (5 miligramas em cada 25 miligramas). As cem caixas somam dois gramas de nitroglicerina - disse ele.

As ampolas estavam acondicionadas em quatro caixas de papelão. Elas foram encontradas pelo catador de produtos recicláveis José Pedro do Nascimento dentro da cooperativa do Humaitá na sexta-feira passada. José Pedro não soube informar em que local as caixas foram recolhidas, possivelmente por outro catador, que as transportou até a cooperativa do Humaitá..

Como achou o material estranho, o catador o levou hoje para o depósito da Comlurb localizado em frente à cooperativa. Os responsáveis pelo depósito desconfiaram que o produto poderia ser perigoso e acionaram o Corpo de Bombeiros e o Esquadrão Antibomba.

Material estava com prazo de validade vencido

As cem ampolas de Nitroglycerin viraram caso de polícia. Depois de levadas para o Esquadrão Antibomba e sendo contatado que não haveria risco de explosão, elas seguiram para a 10 DP (Botafogo). O delegado titular da 10 DP, Eduardo Baptista, informou que o material seria acautelado e encaminhado, ainda ontem, para ser examinado pelo Instituto de Criminalística Carlos Éboli.

O Nitroglycerin não é fabricado no Brasil. O medicamento tem de ser importado da matriz do laboratório Abbott, em Chicago, nos Estados Unidos. A assessoria do Abbott no Brasil informou, no entanto, que vai verificar junto à matriz qual foi o comprador do lote que foi descartado (o 74676). O produto poderia ter sido adquirido por um laboratório ou diretamente por um hospital ou uma clínica. O prazo de validade das ampolas jogadas numa rua da cidade está vencido desde 1 de março de 2003.

A Feema esclareceu que a legislação impede que **medicamentos** sejam jogados no meio da rua. De acordo com normas da **Vigilância Sanitária**, o produto vencido tem de ser recolhido e queimado.

Jornal de Brasília

13/07/2004

Viva!

Anvisa barra o Diabetrix

A Agência Nacional de **Vigilância Sanitária** (Anvisa) determinou ontem a suspensão da propaganda, veiculada em qualquer meio de comunicação, inclusive na internet, do produto Diabetrix, fabricado pela empresa Oito Ervas, de Marataízes (ES). O produto, vendido como medicamento para tratamento de diabetes em sites, não tem registro na Anvisa. A venda e a propaganda de **medicamentos** pela Internet é regulamentada pela Resolução RDC nº 102/00, que prevê a suspensão de propagandas enganosas que possam lesar o consumidor. Por não ter registro, a agência não conhece a composição do produto e os riscos que o consumidor pode ter ao ingeri-lo. A Anvisa também determinou a apreensão dos produtos Polybac, da empresa Jefferson de Oliveira Costa; Sinusan, da Zenimport; e Hand Cream Medic, da Prolim. Todos não têm registro na Agência. Outro produto que deverá ser apreendido é o anticonsulsivante Carbozol, fabricado pelo laboratório Cibran, de Tanguá (RJ). A medida refere-se exclusivamente aos lotes ZL3B02 e ZL3B03 do comprimido, que não apresentavam os números do lote e da data de fabricação do medicamento de forma legível. Caso não cumpram a determinação, as empresas poderão ser autuadas de acordo com a Lei 6.437/77, que prevê punições que vão desde advertência até multas que podem variar de R\$ 2 mil a R\$ 1,5 milhão.

A Gazeta (ES)

13/07/2004

Estado

Diabetrix deixa de ser fabricado no Sul

Cachoeiro - Sucursal - A empresa Oito Ervas Indústria e Comércio de Produtos Naturais Ltda.-ME, com sede em Marataízes, não fabrica mais o Diabetrix, há cerca de quatro anos. A afirmação é do gerente comercial Jones Machado.

O medicamento, indicado para tratamento da diabetes, teve a propaganda suspensa pela Agência Nacional de **Vigilância Sanitária** (Anvisa), na última sexta-feira.

A Anvisa determinou a suspensão da propaganda do Diabetrix, veiculada em qualquer meio de comunicação, inclusive na Internet. O medicamento, que não tem registro na Anvisa, vinha sendo vendido em sites.

O gerente comercial da Oito Ervas, Jones Machado, disse que há quatro anos o pedido de registro do Diabetrix foi indeferido (negado). "Desde então, não fabricamos mais esse medicamento. Mas alguns clientes ainda tinham estoque e continuaram anunciando na Internet, sem que tivéssemos qualquer responsabilidade nisso".

Machado acrescentou que a empresa já teve outros pedidos de registros negados. "Quando isso ocorre, o produto é retirado de mercado", frisa.

Segundo o gerente, a Oito Ervas está no mercado há dez anos. Entre os produtos que fabrica estão suplementos alimentares.

"Soubemos da suspensão da propaganda pelo jornal A GAZETA. Não recebemos comunicação oficial da Anvisa ainda. Nossa assessoria jurídica já está cuidando do caso", assinalou.

A venda e a propaganda de **medicamentos** pela Internet é regulamentada pela Resolução RDC nº 102, de 30 de novembro de 2000, que prevê a suspensão de propagandas enganosas que possam lesar o consumidor. Por não ter registro, a Agência não conhece a composição do produto e os riscos que o consumidor pode ter ao ingeri-lo.

Caso não cumpra a determinação da Anvisa, a empresa pode ser autuada de acordo com a Lei 64.377/77. As punições vão de advertências a multas que variam de R\$ 2 mil a R\$ 1,5 milhão.

A Gazeta (ES)

13/07/2004

Brasil

Anvisa interdita lotes de amendoim

A Agência Nacional de **Vigilância Sanitária** determinou ontem a interdição de lotes de três marcas de amendoim por apresentarem aflatoxina, substância produzida por fungos, que está relacionada a doenças como **câncer** e hepatite B. A contaminação ocorre no campo. Os lotes interditados são: Amendoim cru Tomil (lote nº LOT000007); doce de amendoim Dubelo (lote com vencimento no dia 30/07/04); doce de amendoim Many (lote com fabricação em 19/03/04).

Hoje em Dia (MG)

13/07/2004

Coluna

Paulo César

Bulas ilegíveis

Leitor da coluna telefona para protestar contra as bulas de remédios de dois laboratórios. A bula impressa no frasco do recém-lançado xarope 44E, fabricado pelo Laboratório Vick, por exemplo, é impossível de se ler pelo tamanho da letra. Já a do remédio Levaquin, da Janssen-Cilag Farmacêutica, é uma verdadeira 'bíblia' que, com certeza, ninguém lê. O **Ministério da Saúde** deveria normatizar as bulas, tornando-as mais objetivas e em condições de serem lidas por um leigo, principalmente porque há **medicamentos** que as drogarias e farmácias podem vender sem prescrição médica.

Gazeta do Povo (PR)

13/07/2004

Paraná

Hospitais ganham mais tempo para resolver problema do lixo

Anvisa prorroga prazo para plano de gerenciamento do lixo hospitalar

A Agência Nacional de **Vigilância Sanitária** (Anvisa) vai prorrogar para dezembro o prazo que deveria vencer nesta quinta-feira, dia 15, para implementação de Planos de Gerenciamento dos Resíduos dos Serviços de **Saúde** em locais que produzam qualquer espécie de lixo hospitalar. Por uma resolução da agência, hospitais, postos de **saúde**, consultórios odontológicos, farmácias, clínicas veterinárias, funerárias e laboratórios de análises clínicas têm de traçar e arcar com um projeto de acondicionamento e tratamento dos resíduos gerados, da origem ao destino final. A medida representa novos gastos para os hospitais de Curitiba. Na capital, atualmente, é a prefeitura que faz a coleta e destina o lixo a uma vala sanitária na Cidade Industrial, que chega ao limite da vida útil no fim do ano.

"Fazer o plano para ser apresentado no papel não é o problema, a maioria dos hospitais já fez. A dificuldade está em executar a parte final do processo, não sabemos para onde mandar nem temos como pagar por isso", diz o presidente da Federação dos Hospitais do Paraná (Fehospar), José Francisco Schiavon. Segundo ele, já foram feitos levantamentos e o gasto com transporte e destinação fará com que cada quilo de lixo custe de R\$ 6 a R\$ 9,50. "A prefeitura está fazendo um bom serviço, não vai ser um ônus para ela mantê-lo. Com o repasse que recebemos do SUS não há como cobrir essa despesa. Um quilo de lixo vai valer quatro consultas médicas no atendimento público", reclama. Em cidades do interior, afirma Schiavon, a situação é ainda pior porque não há valas sanitárias.

Não há qualquer hipótese, segundo a Anvisa e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA), de que a prefeitura mantenha o gerenciamento do lixo hospitalar ou de que o governo federal repasse algum tipo de verba para ajudar com os custos da destinação dos resíduos. "É uma questão de direito administrativo. Quem gera, paga", diz o consultor técnico da Anvisa, Luiz Carlos Fonseca. De acordo com ele, a modificação no prazo se deve a divergências na classificação de lixo perigoso feita pela Anvisa e pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente. "É uma questão técnica. Para a Anvisa, determinados tipos de resíduo são tratados como lixo comum; no Conama tudo é tratado como material perigoso", diz.

Como a vala sanitária de Curitiba tem pouco tempo de vida, não há definição nem mesmo sobre o destino dos resíduos gerados pelos postos de **saúde** da capital. A capital e outros 14 municípios da região metropolitana produzem por dia 14 toneladas de lixo hospitalar.

Curso orienta instituições

Para orientar os profissionais de **saúde** e gestores de hospitais que estão tendo dificuldade para traçar e seguir um Plano de Gerenciamento dos Resíduos dos Serviços de **Saúde**, a Universidade Federal do Paraná e a Funpar promovem durante todo este fim de semana o curso Gestão de Resíduos de Serviços de **Saúde**. As aulas acontecem no auditório do campus Jardim Botânico (Av. Lothário Meissner, 3.400), das 8 às 18

horas. O custo por inscrição é de R\$ 250. "É um assunto novo, importante e complexo. O curso debate a importância da gestão e as melhores alternativas de tratamento, conforme o resíduo produzido", diz o coordenador do curso, Eduardo Gobb.

Informações: 41 3022-1247.

A Tarde (BA)

13/07/2004

Nacional

Lotes de amendoim interditados

A Agência Nacional de **Vigilância Sanitária** (Anvisa) determinou ontem a interdição de lotes de três marcas de amendoim por apresentarem aflatoxina acima do limite máximo permitido, que é de 30 mg da micotoxina por quilo do produto. A aflatoxina é produzida por dois tipos de fungos e está relacionada a doenças como **câncer** e hepatite B. Os lotes interditados são: amendoim cru (500 g), marca Tomil, fabricante Nippon; doce de amendoim (1.500 g), marca Dubelo, fabricante Dubelo; e doce de amendoim (1.000 g), marca Many, fabricante Many.